

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE**

**RICARDO CAMPOS DE GIULIO**

**O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE  
O MOVIMENTO SIONISTA E O DECLÍNIO DE OSLO**

SÃO PAULO/SP

2019

**O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE  
O MOVIMENTO SIONISTA E O DECLÍNIO DE OSLO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Direito, da Universidade Presbiteriana  
Mackenzie como requisito parcial à obtenção da  
graduação.

Orientador: Guilherme Madeira Dezem

**SÃO PAULO**

**2019**

RICARDO CAMPOS DE GIULIO

**O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE  
O MOVIMENTO SIONISTA E O DECLÍNIO DE OSLO**

Trabalho de Graduação Interdisciplinar  
apresentado como requisito para obtenção  
do título de Bacharel no Curso de Direito  
da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Examinador(a):

---

Examinador(a):

---

Examinador(a):

O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE  
O MOVIMENTO SIONISTA E O DECLÍNIO DE OSLO

Ricardo Campos de Giulio

*Aluno do Curso de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie*

*ricardocdegiulio@hotmail.com*

**RESUMO**

Este artigo é uma revisão da literatura desde o surgimento movimento sionista para mostrar o conflito árabe-israelense até os dias atuais. A procura da criação um Estado para os judeus ganhou força no início do século 20 com o movimento sionista em reação ao antissemitismo sofrido por eles na Europa. Mas fez surgir um forte movimento migratório judaico, que gerou resistência entre as comunidades locais. O Reino Unido recebeu um mandato para administrar o território da Palestina após a desintegração do Império Otomano, ocorrido na Primeira Guerra Mundial. Com o não cumprimento de uma série de promessas feitas pelos britânicos surgiu um clima de tensão entre os dois lados que culminou em confrontos entre grupos paramilitares judeus e árabes. Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto o plano original previa a partilha do território controlado pelos britânicos entre judeus e palestinos e a criação de Estado judeu. A fundação de Israel em 14 de maio de 1948 fez com que a tensão deixasse de ser local para se tornar uma questão regional com a invasão do território pelo Egito, Jordânia, Síria, Iraque e Líbano. Surgiu então a primeira guerra árabe-israelense, também conhecida pelos judeus como a guerra de independência ou de libertação. O território originalmente planejado pela ONU para um Estado árabe foi reduzido pela metade depois da guerra, vencida pelos israelenses e os palestinos deixaram suas casas e fugiram para países vizinhos ou foram expulsos por tropas israelenses. Torna-se então necessário voltar as atenções para a crise de refugiados pois esse conflito árabe-israelense ocasionou desde sempre uma incessante violação aos direitos humanos por ambas as partes e, além do fator histórico e religioso do local e também ocorrem as interferências das potências mundiais que, consequentemente, tem também culpa por essas violações.

**Palavras-chave:** conflito árabe-israelense. violação aos direitos humanos. crise de refugiados no Oriente médio

## **ABSTRACT**

This article is a review of the literature from the emergence of the Zionist movement to show the Arab-Israeli conflict to the present day. The quest for the creation of a state for the Jews gained momentum in the early 20th century with the Zionist movement in reaction to their anti-Semitism in Europe. But it gave rise to a strong Jewish migratory movement that generated resistance among local communities. The United Kingdom was given a mandate to administer Palestinian territory following the disintegration of the Ottoman Empire in World War I. Failure to fulfill a series of promises made by the British led to a climate of tension between the two sides that culminated in clashes between Jewish and Arab paramilitary groups. After World War II and the Holocaust, the original plan foresaw the sharing of British-controlled territory between Jews and Palestinians and the creation of a Jewish state. The founding of Israel on May 14, 1948 caused tension to cease to be local to become a regional issue with the invasion of the territory by Egypt, Jordan, Syria, Iraq and Lebanon. Then came the first Arab-Israeli war, also known by the Jews as the war of independence or liberation. The territory originally planned by the UN for an Arab state was halved after the war, won by the Israelis and the Palestinians left their homes and fled to neighboring countries or were expelled by Israeli troops. Attention must therefore be given to the refugee crisis as this Arab-Israeli conflict has always caused an incessant violation of human rights on both sides and, in addition to the historical and religious factor of the place, and the interference of world powers, consequently also to blame for these violations.

**Key words:** arab-Israeli conflict. violation of human rights. refugee crisis in the Middle East

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>4</b>  |
| <b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>   | <b>5</b>  |
| <b>2.1 O movimento sionista .....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>2.2 Chaim Weizmann e a Conexão Britânica (mudar título depois) .....</b>                              | <b>6</b>  |
| <b>2.3 Ze've Jabotinsky e o sionismo revisionista.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2.4 David Ben-Gurion e o pragmatismo .....</b>  | <b>12</b> |
| <b>2.5 A luta pela condição de Estado.....</b>   | <b>14</b> |
| <b>2.6 O nascimento do Estado de Israel .....</b>  | <b>17</b> |
| <b>2.7 A Liga Árabe, a Organização de Liberação Palestina e a Autoridade Nacional<br/>Palestina.....</b> | <b>18</b> |
| <b>2.8 O Processo de Paz de Oslo .....</b>   | <b>19</b> |
| <b>2.9 O declínio de Oslo .....</b>  | <b>23</b> |
| <b>2.10 Divisão de partidos .....</b>  | <b>27</b> |
| <b>2.11 A Primavera Árabe .....</b>  | <b>29</b> |
| <b>2.12 Trump, a importância de Jerusalém e a Lei da Embaixada .....</b>                                 | <b>30</b> |
| <b>3 CONCLUSÃO.....</b>  | <b>33</b> |
| <b>4 REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>33</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

No início do século 20 o movimento sionista ganhou força, este procurava criar um Estado para os judeus, em reação ao antissemitismo sofrido por eles na Europa.

Entre o rio Jordão e o mar Mediterrâneo se encontra a região da Palestina, considerada sagrada para muçulmanos, judeus e cristãos, pertencia ao Império Otomano naquele tempo e era ocupada, principalmente, por muçulmanos e outras comunidades árabes.

Entretanto, as aspirações sionistas deram início a um forte movimento migratório judaico, que gerou resistência entre as comunidades locais.

O Reino Unido recebeu um mandato da Liga das Nações, órgão internacional antecessor da Organização das Nações Unidas (ONU), para administrar o território da Palestina após a desintegração do Império Otomano, ocorrido na Primeira Guerra Mundial.

Contudo, antes e durante a guerra, os britânicos fizeram, tanto aos árabes quanto aos judeus, uma série de promessas que não se cumpriram provocou então um clima de tensão entre os dois lados que acabou em confrontos entre grupos paramilitares judeus e árabes.

Houve um aumento da pressão pelo estabelecimento de um Estado judeu após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto e, o plano original previa a partilha do território controlado pelos britânicos entre judeus e palestinos.

Em 14 de maio de 1948 com a fundação de Israel, a tensão deixou de ser local para se tornar uma questão regional e, no dia seguinte, Egito, Jordânia, Síria, Iraque e Líbano invadiram o território. Surgiu assim a primeira guerra árabe-israelense, também conhecida pelos judeus como a guerra de independência ou de libertação. O território originalmente planejado pela ONU para um Estado árabe foi reduzido pela metade depois da guerra, vencida pelos israelenses.

Começava ali a *Nakba*, palavra em árabe para "destruição" ou "catástrofe" para os palestinos e 750 mil palestinos deixaram suas casas e fugiram para países vizinhos ou foram expulsos por tropas israelenses.

Mas 1948 era apenas o início do longo confronto entre os dois povos e neste contexto este artigo buscou realizar uma revisão da literatura desde o surgimento movimento sionista para mostrar o conflito árabe-israelense até os dias atuais.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 O movimento sionista

O termo “sionista” foi criado em 1885 pelo escritor judeu Nathan Birnbaum, sendo Sião um dos sinônimos bíblicos para Jerusalém, e almejava a retomada e, conseqüentemente, ressurgimento do povo judeu em seu lar ancestral após milênios de exílio. Os judeus estavam espalhados pelo mundo e, em cada região, considerados minorias, dependentes de Estados que não aquele seu próprio e, por isso, a importância do sionismo, para juntá-los e terem sua própria soberania política, social e econômica (ALFANO, 2019).

O movimento sionista foi criado em um período de fervor nacionalista e antissemitismo na Europa, sendo vistos como uma minoria estrangeira e indesejada, mas por este mesmo sentimento, surge seu próprio desejo nacionalista, uma “autodeterminação para os judeus em um estado próprio no qual iriam constituir uma maioria” (SHLAIM, 2004 pag. 38).

Theodor Herzl (1860-1904), considerado o pai do sionismo política e visionário, foi um jornalista judeu que enquanto cobria o Caso Dreyfus, como correspondente em Paris, voltou sua atenção para o problema judaico. Concluiu que o problema judaico se centrava no aspecto nacional ao invés de econômico ou social, para que estabelecessem um estado judeu e exercessem sua soberania. Pensamento defendido em sua obra publicada em 1896, *Der Judenstaat*, ou *O Estado Judeu*, entendia que os judeus não eram apenas um grupo religioso, mas sim uma nação esperando para triunfar. Em seu projeto judaico, entre tantos detalhes, deixava em aberto uma localidade para que se estabelecesse a nação judaica, se fosse entre a Palestina ou alguma região da Argentina (CURSO OBJETIVO, 2019).

Em 1897, Herzl convocou o Primeiro Congresso Sionista em Basiléia, na Suíça, que declarava: “O objetivo do sionismo é criar para o povo judeu um lar na Palestina garantido por uma Constituição”. A comunidade judaica, após a publicação da obra de Herzl, já se encontrava dividida em opiniões, favoráveis, discordantes e céticas, mas após o Congresso, os rabinos de Viena enviaram dois representantes à Palestina para avaliação, ao qual responderam: “A noiva é bela, mas está casada com outro homem” (BRANCO, 2012).

Surgia então um grande entrave que perduraria até os dias de hoje: a Palestina, região almejada pelos judeus, já era habitada pela população árabe. Porém, na época, os judeus deixaram de lado os árabes residentes da Palestina, o qual chamaram de “a questão árabe”.



Herzl é um dos exemplos, tinha conhecimento da população árabe que lá habitavam, mas os subestimava, considerava-os primitivos e não os considerava uma sociedade com direitos políticos coletivos no estado judeu. Achava que a sedução econômica vinda dos judeus seria o bastante como uma reconciliação entre os árabes, como descrito em seu romance publicado em 1902, *Altneuland -Velha terra nova* (HERZL, 2015).

No final do século XIX, a Palestina era uma província do Império Otomano. Herzl tentou persuadir o sultão otomano a conceder uma carta régia e o estabelecimento do estado judeu na Palestina, e também se aproximou de inúmeros líderes mundiais, com o mesmo pretexto: a promoção de seu projeto judaico. Entre eles estavam o Papa, o rei da Itália, o cáiser alemão e o secretário colonial britânico, Joseph Chamberlain. E, entre cada líder, apresentava o projeto de acordo com os interesses de cada um deles: ao sultão, prometeu capital; ao britânico, prometeu tornar o estado judeu uma colônia do Império Britânico (BRANCO, 2012).

Sob a orientação de Theodor Herzl, o movimento sionista apresentava um perfil que perduraria na luta pelo estado judaico: o não reconhecimento de um povo árabe na Palestina e, principalmente, o apoio de uma grande potência à sua causa. Desde sua formação, o sionismo afastava-se de um entendimento com as entidades palestinas locais e aproxima-se de uma aliança com a potência dominante para alcançar seu objetivo. A fixação sionista em angariar o apoio das grandes potências (primeiro o Império Otomano; após a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha; e, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos) na luta pela condição de estado e na consolidação da soberania permaneceu constante, por conta da crescente hostilidade palestina e vulnerabilidade do Yishuv – a comunidade judaica na Palestina antes da Independência (ESQUERDA ONLINE, 2014).

## **2.2 Chaim Weizmann e a Conexão Britânica (mudar título depois)**

A aproximação entre a Grã-Bretanha e o movimento sionista foi moldada, principalmente, por Chaim Weizmann (1874-1952), que obteve com sucesso o que Herzl esperava com sua carta régia aos otomanos, porém com os britânicos, na forma da Declaração Balfour (ALFANO, 2019).

Originário da Rússia, Weizmann estudou em Berlim e Genebra e foi ativo no movimento sionista desde seu início. No meio da Primeira Guerra Mundial, mudou-se para Londres para dirigir um laboratório especial para aumentar a artilharia pesada, e aproveitou

para promover a causa sionista entre o alto escalão político inglês, por meio de suas notáveis habilidades diplomáticas e persuasivas, que rapidamente o levaram ao topo. Em 1920 foi eleito presidente da Organização Sionista Mundial, e, após a criação do Estado de Israel, atuou como o primeiro presidente até sua morte, em 1952 (CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL, 2019).

Weizmann foi responsável por solucionar a divergência entre os sionistas práticos e os sionistas políticos. Estes, seguindo os passos de Herzl, davam prioridade à diplomacia para assegurar o apoio internacional na causa sionista. Já os práticos, enfatizavam a organização da imigração judaica para a Palestina, a aquisição de terra, a ocupação e o estabelecimento de uma economia judaica ali. Em 1907, no Oitavo Congresso Sionista, Weizmann apresentou o termo “sionismo sintético”, em que trazia, complementarmente, as duas abordagens, representando, de fato, dois lados de uma mesma moeda, e essas práticas simultâneas das suas abordagens satisfizeram aos dois grupos (SILVA, 2009).

Com seus esforços voltados para o apoio britânico, Weizmann nunca deu a devida atenção aos árabes que habitavam na Palestina. Considerava os árabes uma diminuta fração da ampla nação árabe, e que o interesse econômico amenizasse a oposição deles ao sionismo. Acreditava na superioridade moral da reivindicação judaica e com suas negociações com o governo britânico ficando mais complexas e profundas, menos atenção ele dava aos árabes palestinos, inclusive diminuindo o perigo da resistência árabe para atrair o apoio britânico (SILVA, 2009).

Em 2 de novembro de 1917, seus esforços foram recompensados. Nesta data, o ministro das Relações Exteriores Arthur J. Balfour escreveu a lordes Rothschild uma carta que dizia:

“O governo de Sua Majestade aprovou o estabelecimento na Palestina de um lar nacional para o povo judeu e irá se empenhar para facilitar a realização deste objetivo, ficando claramente entendido que não deverá ser feito nada que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e a posição política de que os judeus usufruem em qualquer outro país” (SHLAIM, 2004 pag. 43-44).

A carta, conhecida como a Declaração Balfour, representava um grande triunfo aos sionistas. Ainda mais considerando os números inferiores dos judeus, que na época de sua divulgação, somava cerca de 56 mil judeus na Palestina contra uma população árabe de pelo menos seiscentos mil. Entretanto, a Grã-Bretanha, no desespero dos tempos de guerra, já

havia acordado com Hussein, o xarife de Meca, de apoiar o estabelecimento de um reino árabe independente após a guerra, em retribuição a uma revolta árabe contra o Império Otomano, e também com a França, no acordo secreto Sykes-Picot, de 1916, em que, na ocorrência de uma vitória Aliada, o Oriente Médio seria dividido em esferas de influência britânica e francesa. Embora as promessas feitas pela Grã-Bretanha, em todos os acordos, eram irreconciliáveis, e que elas voltariam a assombrar os britânicos no pós-guerra, a Declaração Balfour dava aos judeus uma chave de ouro para abrirem as portas da Palestina, segundo Weizmann (CHEMERIS, 2009).

No pós-guerra, a atitude de Weizmann em relação aos árabes continuava a de assegurar e conservar o apoio britânico ao lar judeu. A Grã-Bretanha não simpatizava com a ideia dos árabes da Palestina formarem uma entidade distinta e fora do controle britânico. A política inglesa era a de transformar os príncipes haxemitas, os filhos do xarife de Meca, em soberanos de estados árabes semi-independentes. O príncipe Faissal, antes o rei da Síria, mas expulso pelos franceses de sua esfera de influência, tornou-se o rei do Iraque, cortesia dos britânicos. Enquanto Abdullah, seu irmão mais velho, tornou-se regente do emirado da Transjordânia, criado pela Grã-Bretanha em 1921. Portanto, o Iraque e a Transjordânia tornaram-se os dois principais pilares do Império Britânico no Oriente Médio após o fim da Primeira Guerra Mundial (SALGADO NETO, 2017).

Seguindo as premissas britânicas, Weizmann ignorou as reivindicações dos árabes palestinos e buscou um acordo com os soberanos haxemitas dos países árabes vizinhos. Em 3 de janeiro de 1919, assinou um acordo com Faissal, que endossava a Declaração Balfour e tinha como objetivo “a mais cordial boa vontade e entendimento” entre os árabes e os judeus em seus territórios. Porém, o acordo teve uma vida curta pois se opunha à opinião pública árabe. Faissal foi forçado por seus próprios seguidores nacionalistas a declarar que a separação da Palestina da Síria não era viável e que os desejos sionistas conflitavam com os ideais árabes e significava um obstáculo em sua luta por autodeterminação (CARTA CAPITAL, 2019).

Os sionistas, com a Declaração Balfour, almejavam o reconhecimento internacional da reivindicação judaica pela Palestina e queriam o lar nacional judeu se estendesse por ambas as margens do rio Jordão. Na conferência de paz de Paris, perguntaram a Weizmann o que significava um lar nacional judeu, ao qual ele respondeu: “Tornar a Palestina tão judaica

quanto a Inglaterra é inglesa.” Entretanto, a questão árabe estava longe de ser resolvida. A política de Weizmann quanto aos árabes era moderada, enquanto estava disposto a ouvir os árabes, e aceita-los como parceiros na administração da Palestina, através de uma assembleia eleita com base na paridade entre as duas comunidades, não os aceitava como parceiros iguais em negociações futuras sobre o rumo do país, era intransigente em relação à defesa dos interesses judaicos e acreditava fielmente que o conflito árabe-judeu encontraria fim no plano econômico (SALGADO NETO, 2017).

A deterioração das relações árabes-judaicas não era de se estranhar, principalmente por conta das atitudes judaicas após a Declaração Balfour. No período entre guerras, como reação ao movimento sionista e sob a liderança de Hajj Amin al-Husseini, o grande Mufti de Jerusalém (principal autoridade legal para os muçulmanos) surgiu um movimento nacional palestino ativo e agressivo. O *Mufti* rejeitava todas as propostas de conciliações entre as comunidades apresentadas pelos britânicos, instigava tumultos e agitações contra os judeus e, entre 1936 e 1939, chefiou uma revolta contra as autoridades inglesas e seus protegidos judeus (SALGADO NETO, 2017).

A inquietação árabe na região da Palestina forçou a Grã-Bretanha a reavaliar o conteúdo da Declaração Balfour, o que levou a uma retratação gradual da promessa entre os britânicos e judeus e uma política mais imparcial em relação ao conflito árabe-judeu. Em 1922, Winston Churchill, por meio do relatório oficial de seu governo, limitava a atuação britânica de três formas: estabelecia critérios econômicos para a imigração judaica, pela primeira vez; propunha instituições eleitas com base na representação proporcional em vez de paridade; e, excluía a Transjordânia da área disponível para a ocupação judaica. Essa política durou todo o período entre as guerras, até 1939 (CARVALHO NETO, 2014).

A nova política mais imparcial adotada pela Grã-Bretanha decepcionou Chaim Weizmann e o deixou sem escolha. Weizmann havia apostado todas suas fichas na aproximação entre o governo britânico e a causa sionista, e, acreditava não haver uma alternativa senão a de continuar confiando na potência inglesa. Para ele, não era possível impor uma interpretação favorável ao sionismo da Declaração Balfour aos ingleses. Assim, acreditava que a melhor forma era a de continuar a construir o lar judeu passo a passo (PHILIPP, 2019).

A postura da Weizmann quanto ao novo posicionamento inglês não convenceu o movimento sionista. Logo no começo de 1920, antes do posicionamento de Winston Churchill, vozes já se reerguiam a favor de uma diferente política sionista, frente a um ambiente hostil de militância árabe e a crescente mudança britânica em favor dos árabes. A voz que mais se destacou foi a de Ze'ev (Vladimir) Jabotinsky (PHILIPP, 2019)..

### **2.3 Ze've Jabotinsky e o sionismo revisionista**

Ze've Jabotinsky (1880-1940) foi um judeu nacionalista, fundador do sionismo revisionista e mentor espiritual do direito israelense. Nascido em Odessa, trabalhou como jornalista em Roma e Viena. Durante a Primeira Guerra Mundial, convenceu os britânicos a formar unidades judaicas dentro do Exército Real, tendo ele mesmo servido na Unidade Zion Mule, no Egito. Em 1921, foi eleito para o Executivo sionista. Desde o princípio, era um dos principais opositores de Chaim Weizmann e, em 1923, demitiu-se do Executivo sionista, alegando que a aceitação do relatório oficial do governo britânico de 1922 poderia custar a Palestina (CARVALHO NETO, 2014).

Em 1925 criou a União Mundial de Sionistas Revisionistas e o movimento jovem Betar. Jabotinsky e seu grupo, após uma década de oposição, separaram-se do movimento e estabeleceram a Nova Organização Sionista, que o elegeu presidente, e, também, assumiu a liderança da organização militar dissidente, a *Irgun*. Ele morreu em 1940, na América, tentando estabelecer a participação judaica no esforço dos Aliados (CARVALHO NETO, 2014).

Mesmo sendo grande opositor de Weizmann, não havia nenhuma diferença fundamental em relação ao papel da Grã-Bretanha. Ambos acreditavam que o apoio e a proteção de uma grande potência eram absolutamente importantes na luta pela condição de estado. Jabotinsky acreditava na superioridade cultural da civilização ocidental. Em sua perspectiva, o Oriente representava estagnação social e cultural, e o retorno dos judeus à sua terra natal significava uma implantação do Ocidente no Oriente. Assim, o sionismo deveria aliar-se ao colonialismo europeu contra todos os árabes do leste do Mediterrâneo (CARVALHO NETO, 2014).

Com sua liderança, foi estabelecido dois princípios que formavam a ideologia sionista revisionista. O primeiro era a integridade territorial de Eretz Israel, a Terra de Israel, sobre as margens do rio Jordão, dentro dos limites do território palestino. O segundo era a

declaração imediata do direito judaico à soberania política sobre a totalidade da área (CARVALHO NETO, 2014).

Em relação aos árabes, Jabotinsky rejeitava qualquer pensamento de remoção destes da Palestina. A questão, para ele, era se poderiam alcançar objetivos pacíficos por meios pacíficos, e que isso dependeria da atitude dos árabes em relação ao sionismo, e o não o contrário. Porém, como os sionistas mais moderados já haviam descoberto, não havia chances de obter a concordância dos árabes palestinos em transformar a Palestina em um território de maioria judaica. Então voltou-se para as implicações políticas. Uma delas era oferecer dinheiro ou uma aliança política aos árabes palestinos em troca de uma concordância com o controle judeu da Palestina. Essa opção foi rejeitada pois não ajudaria na modificação da hostilidade implacável dos árabes palestinos à colonização judaica, e a promessa de dinheiro seria trair as potências coloniais europeias, o que seria um ato suicida. Portanto, Jabotinsky concluiu:

“Não podemos prometer qualquer recompensa nem aos árabes da Palestina nem aos de fora da Palestina. Um acordo voluntário é inalcançável. Sendo assim, aqueles que consideram um acordo com os árabes uma condição indispensável ao sionismo deve admitir para si próprios que, hoje, essa condição não pode ser alcançada e que, por isso, devemos desistir do sionismo. Devemos ou suspender os nossos esforços de ocupação ou continua-los sem prestar atenção à disposição de ânimo dos nativos. Assim, a ocupação pode se desenvolver sob a proteção de uma força que não dependa da população local, por trás de uma muralha de ferro que eles não terão o poder de destruir.” (SHLAIM, 2004 pag. 50-51)

Em suma, a política de Jabotinsky era erguer uma muralha de ferro de força militar judaica, mas ainda acreditava que a coexistência pacífica entre árabes e judeus na Palestina seria possível (CARVALHO NETO, 2014).

“Espero e acredito que, então, nós iremos lhes oferecer garantias que irão satisfazê-los e que ambos os povos viverão em paz como bons vizinhos. Porém, o único caminho para um acordo como esse é através da muralha de ferro, isto é, do estabelecimento na Palestina de uma força que não será, de forma alguma, influenciada pela pressão árabe. Em outras palavras, a única maneira de alcançar um acordo no futuro é evitar totalmente as tentativas de chegar a um acordo no presente.” (SHLAIM, 2004 pág. 52)

No domínio das ideias, *Jabotinsky* foi importante como fundador do sionismo revisionista, e no domínio da política, o seu impacto foi maior. Não forma apenas os revisionistas os influenciados por suas ideias, mas o movimento sionista como um todo (CARVALHO NETO, 2014).

O movimento sionista era uma coleção de partidos políticos rivais, dos quais o maior era o Partido Trabalhista, inspirado em ideais marxistas e socialistas. Uma diferença entre o sionismo revisionista e o trabalhista é o uso da força. Estes relutavam em admitir que a força militar era necessária para que o movimento alcançasse seus objetivos. *Jabotinsky* se opôs fortemente, sugerindo uma inversão na ordem de prioridades sionistas. Os sionistas trabalhistas queriam prosseguir através da imigração e da ocupação, ignorando a construção de um potencial militar. Já *Jabotinsky* acreditava que a força militar judaica era um fator-chave na luta pela condição de estado. Aos poucos, os líderes trabalhistas também passaram a acreditar na eficácia estratégica da muralha de ferro (CARVALHO NETO, 2014).

#### **2.4 David Ben-Gurion e o pragmatismo**

David Ben-Gurion (1886-1973) foi o criador do poder militar do Yishuv e o fundador do Estado de Israel. Nascido David Green, em Plonsk, na Polônia, partiu para a Palestina em 1906 para exercer a função de trabalhador agrícola. Foi membro do partido socialista sionista Po'ale Zion, que, em conjunto com outros grupos, tornou-se o Ahduth Há'avodah, que, em 1930, fundiu-se ao Hapoel Hatzá'ir para formar o Mapai, o Partido Trabalhista Israelense. De 1921 a 1935, foi secretário-geral da Histadrut, a Federação Geral Trabalhista da Palestina. Em 1935 foi eleito dirigente da Agência Executiva Judaica, posto que manteve até o surgimento do Estado de Israel, em 1948. Até a sua aposentadoria, em 1963, com exceção de um breve intervalo, serviu como primeiro-ministro e ministro da Defesa de Israel (AGUIAR, 2011).

Os pronunciamentos públicos de Ben-Gurion na década de 1920 e início da década de 1930 tendiam a concordar com a posição oficial do movimento trabalhista. Para o movimento socialista vigente, o único conflito do sionismo era um conflito de classes que seria resolvido quando os árabes percebessem que seus interesses coincidiam com aqueles da classe operária judaica. Em 1921, foi eleito para o Executivo sionista. Desde o princípio, era um dos principais opositores de Chaim Weizmann e, em 1923, demitiu-se do Executivo sionista, alegando que a aceitação do relatório oficial do governo britânico de 1922 poderia custar a Palestina (CARVALHO NETO, 2014).

A avaliação de Ben-Gurion tendeu para o apoio de uma potência para compensar a fragilidade do movimento sionista. Defendeu uma orientação otomana, britânica e americana, das quais foram mudando de acordo com a queda e a ascensão da influência dessas potências.

Como a Grã-Bretanha suplantou o Império Otomano e acompanhou Chaim Weizmann, Ben-Gurion considerava esta aliança como indispensável e mais importante do que a cooperação com os árabes (CARVALHO NETO, 2014)..

A revolta árabe que eclodiu em abril de 1936 marcou a evolução de Ben-Gurion em relação aos árabes. Em 19 de maio de 1936, falou à Agência Executiva Judaica que havia um grande conflito: “Nós e eles queremos a mesma coisa: ambos queremos a Palestina. E este é o conflito fundamental”. Por ser menos preconceituoso, sabia que, em termos políticos, os judeus eram os agressores e os árabes os defensores. Porém, esse mesmo reconhecimento o fez concluir pela guerra, e não pela diplomacia (CARVALHO NETO, 2014)..

Em 9 de junho de 1936, em uma carta à Agência Executiva Judaica, insistiu que a paz era apenas um meio para o fim: “Não é para estabelecer a paz no país que precisamos de um acordo. A paz é, de fato, uma questão vital para nós. É impossível construir um país em um estado permanente de guerra, mas, para nós, a paz é um meio. A meta é a plena realização do sionismo. Somente por isso precisamos realmente de um acordo” (SHLAIM, 2004 pág. 56).

A semelhança entre os ditados de Ze'ev Jabotinsky e de Ben-Gurion surpreende. Ambos consideravam que o nacionalismo dos árabes estava fadado à resistir a intromissão do sionismo, que a diplomacia seria incapaz de resolver o conflito, e que apenas uma força militar seria a solução para o controle judaico (CARVALHO NETO, 2014).

O governo britânico, identificando que o nacionalismo judeu era tão egocêntrico quanto o nacionalismo árabe, elaborou uma solução, presidida pelo lorde Peel, em dividir o país em dois estados separados. No relatório de 1937, foi proposta um estado judeu muito pequeno, de cerca de cinco mil quilômetros quadrados, um amplo estado árabe e um enclave de Jerusalém a Jafa sob o comando britânico (CARVALHO NETO, 2014).

Para David, o Plano Peel significou o início do fim do mandato britânico na Palestina. O movimento sionista ficou dividido em relação ao plano de partilha, pelo tamanho reduzido do estado judeu. Porém, no Vigésimo Congresso Sionista, em Zurique em agosto de 1937, foi decidido aceitar o plano de partilha como uma base de negociações com o governo britânico. Essa decisão mostrava que, dali em diante, a criação de um estado judeu independente teria precedência sobre um acordo árabe-judeu (CARVALHO NETO, 2014).



Os líderes pró-partilha foram Chaim Weizmann, David Ben-Gurion e Moshe Shertok, chefe do Departamento Político da Agência Judaica, e futuro ministro das Relações Exteriores do Estado de Israel. O principal argumento era o de que aceitar o plano de partilha significava estabelecer um estado judeu independente, mesmo que reduzidamente, e era um caminho mais promissor do sionismo do que outra alternativa (CARVALHO NETO, 2014).

Embora David Ben-Gurion aceitasse a partida, sua confiança na Grã-Bretanha definhava, vendo o Plano Peel como uma oportunidade de estabelecer o poder judaico na Palestina, já que não considerava as fronteiras do plano como permanentes. A diferença entre Ben-Gurion e os revisionistas era a de que estes aderiam a um enfoque de “ou tudo ou nada”, enquanto aquele perseguia uma estratégia gradualista com a esperança de expandir as fronteiras do estado para a Terra de Israel como um todo. Um estado, para ele, possibilitaria aos judeus ter uma imigração ilimitada, estabelecer uma economia judaica e organizar um exército de primeira classe (CARVALHO NETO, 2014).

Com duzentos e noventa e nove votos a favor da proposta de Ben-Gurion, o debate do Vigésimo Congresso Sionista terminou com uma decisão estratégica de apoiar a partilha e a criação de um estado judeu em uma parte da Palestina. Ao fim do congresso, candidatou-se à reeleição como presidente da Agência Executiva Judaica, para trabalhar pelo estabelecimento de um estado judeu, o que iria devotar os 10 anos seguintes de sua vida à concretização desse objetivo (CARVALHO NETO, 2014).

## **2.5 A luta pela condição de Estado**

Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, o governo britânico, tendo iniciado a iniciativa da partilha de 1937, começou a se retirar da divisão. No conflito com as forças do Eixo, o apoio dos árabes e dos muçulmanos era muito mais valioso que o apoio dos judeus. Então, em 1939, o governo britânico expediu um relatório oficial revogando o apoio ao sionismo e a um estado judeu. Isso condenou o sonho judeu e os manteve em uma posição minoritária em um futuro palestino independente. Em contrapartida, o movimento sionista desenvolveu seu próprio poderio militar através da organização paramilitar chamada *Haganah* (que em hebraico significa ‘defesa’) (CARVALHO NETO, 2014).

O Yishuv também organizou sua própria resistência à política do relatório oficial que condenava o sonho judeu. Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o Yishuv encontrava-se em um dilema: apoiar a Grã-Bretanha na luta contra a Alemanha, mas ao

mesmo tempo se opunha aos britânicos na luta pela Palestina. Contudo, uma solução foi encontrada, no lema de Ben-Gurion: “Lutaremos com a Grã-Bretanha contra Hitler como se não houvesse relatório oficial; combateremos o relatório oficial como se não houvesse nenhuma guerra” (SALGADO NETO, 2017)

Durante a guerra, Ben-Gurion elaborou uma solução para o problema demográfico do Yishuv que envolvia a migração de dois a três milhões de judeus para a Palestina após o fim da guerra. Segundo ele “o problema árabe perdia em importância se comparado ao problema judeu, porque os árabes tinham grandes espaços fora da Palestina, enquanto para os judeus, que estavam sendo perseguidos na Europa, a Palestina constituía o único refúgio possível”. O conceito de um estado judeu em toda a Palestina denominava-se Programa Biltmore. Em maio de 1942, no hotel Biltmore em Nova York, uma reunião dos sionistas americanos, assistida tanto por Weizmann quanto por Ben-Gurion, foi adotada uma resolução comentando “que a Palestina seja constituída como uma nação judaica integrada na estrutura do novo mundo democrático” após a Segunda Guerra Mundial. Assim, pela primeira vez, o movimento sionista arriscava a tomada de toda a Palestina. Importante ressaltar que o objetivo de um acordo árabe-judeu não fora descartado, mas agora era esperado que ele seguisse, e não precedesse, o estabelecimento do estado judeu (BRANCO, 2012).

O que os líderes sionistas não contavam era que o Programa Biltmore foi concebido antes que o Holocausto se tornasse conhecido pelo mundo. Ao final da guerra, era esperado milhares de refugiados judeus na Europa, cuja situação favoreceria a criação do estado judeu. O extermínio de milhares de vidas judaicas nas mãos dos nazistas tornou-se uma fonte de fortalecimento para o sionismo. Poucas pessoas contestaram o direito dos judeus ao seu lar após o trauma sofrido durante a guerra. O Holocausto confirmou a convicção sionista e converteu a opinião pública internacional à ideia de um estado judeu (ALFANO, 2019).

Com a incorporação do “sionismo combativo” de Ben-Gurion, a conferência de agosto de 1945 decidiu por uma política de oposição ativa ao domínio britânico, e, então, foi desencadeada uma revolta armada, com a Hanagah instruída a cooperar com grupos dissidentes do movimento revisionista. O principal desses grupos era a Organização Militar Nacional (Irgun), que começou após a publicação do relatório oficial em 1939. A ala mais militante separou-se do Irgun para formar o Lohamei Herut Yisrael (Combatentes pela Liberdade de Israel), mais conhecida como Gangue Stern, chefiada por Avraham Stern. Essa

ala militante era tão hostil ao domínio britânico que até buscou contato com as forças do Eixo para expulsá-los da Palestina. Entre 1945 e 1946, as três organizações uniram forças naquilo que ficou conhecido como “o movimento da revolta hebraica” (LISSOVSKY, 2009).

A revolta foi suspensa após uma imposição militar britânica. Assim sendo, os líderes sionistas tentaram provocar uma cisão entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos na frente diplomática. Os britânicos buscavam o apoio americano para seu plano de distritos judeus e árabes autônomos. Entretanto, em agosto de 1946, para buscar ter a América ao seu lado, membros da Agência Executiva Judaica concordaram em considerar o estabelecimento de um estado judeu em uma parte adequada da Palestina. Essa decisão significava o abandono do Programa Biltmore e um retorno ao princípio da partilha. Em fevereiro de 1947, os britânicos, incapazes de solucionar o litígio, levaram o problema palestino às Nações Unidas (LISSOVSKY, 2009).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 29 de novembro de 1947, aprovou a Resolução 181, em favor da partilha da Palestina. Em um caso raro de diplomacia, tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética votaram a favor da resolução, enquanto os britânicos se abstiveram. A Resolução 181 determinava um prazo para o estabelecimento de um estado judeu e de um árabe, e de um regime internacional em Jerusalém. Como dita Avi Shlaim “fronteiras excepcionalmente longas e sinuosas separam o estado judeu do estado árabe, com pontos vulneráveis de interseção ligando suas áreas isoladas no leste da Galiléia, a planície costeira, e no Negev” (SHLAIM, 2004 pág. 63).

Embora não corresponda às aspirações sionistas, a Resolução 181 proporcionou uma concessão de legitimidade internacional para a criação de um estado judeu. As notícias sobre a votação da ONU foram acolhidas por muitos judeus de todos os lugares. Porém, os seguidores de Ze'ev Jabotinsky e os membros da Gangue Stern não celebraram. Menachem Begin, líder do Irgun, após a votação da ONU, proclamou: “A partilha da Palestina é ilegal. Nunca será reconhecida. Jerusalém foi e para sempre será a nossa capital. Eretz Israel será devolvida ao povo de Israel. Toda ela. E para sempre” (SHLAIM, 2004 pág. 64).

A resolução da ONU representava um imenso ganho de apoio internacional para o estabelecimento judeu, portanto a Agência Judaica aceitou oficialmente o plano de partilha. Já os árabes palestinos, que pouca atenção tinha dado para se prepararem à condição de estado, rejeitaram imediatamente o plano da ONU. O Comitê Superior Árabe denunciou o plano

como sendo “absurdo, impraticável e injusto”. Os estados árabes, organizados desde 1945 na Liga Árabe, também alegaram que o plano da ONU era ilegal e ameaçaram resistir com o uso da força. O Comitê Superior Árabe proclamou uma greve de três dias como protesto, que foi seguida por violentos ataques a civis judeus. Assim, a votação do plano de partilha da ONU favorecia o movimento sionista mas, ao mesmo tempo, preparava o terreno para uma guerra entre as duas comunidades na Palestina (SHLAIM, 2004 pág. 65).

## **2.6 O nascimento do Estado de Israel**

A guerra iniciou-se assim que a ONU havia passado seu plano de partilha. As forças árabes encontraram sucesso no começo, mas logo foram perdendo força para os israelenses. Como resposta, os sionistas criaram um Conselho Nacional, tendo Ben-Gurion como seu primeiro-ministro e ministro de defesa. Então, em 15 de maio de 1948, o conselho, no museu de Tel Aviv, declarou a independência do Yishuv, proclamando o estabelecimento do Estado de Israel na porção da Palestina que havia sido alocada para os judeus pelas Nações Unidas. O novo país foi imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos, tendo o Presidente Truman ignorado seus conselheiros, que indicavam para ele esperar (LISSOVSKY, 2009).

A guerra durou por outros 8 meses, e, quando acabou, tanto o mapa político quanto demográfico da Palestina havia mudado drasticamente. Por um lado, o Estado palestino pretendido pela partilha das Nações Unidas não veio a existir, deixando apenas Israel como o único estado independente do território. Por outro lado, massas de palestinos haviam deixado o território, fazendo dos judeus a maioria e transformando os palestinos em refugiados sem pátria. Mesmo com o colapso da guerrilha palestina, Israel foi atacado pelas forças do Egito, Jordânia, Iraque e Síria. Os líderes deste estados árabes recusavam-se em reconhecer a existência do novo Estado e tentavam recuperar o território para os palestinos (LISSOVSKY, 2009).

Ocorreram três fases durante a guerra, cada uma vendo as forças israelenses estenderem seu controle. A primeira fase durou um mês e foi seguida por uma breve trégua. A segunda, conhecida como “A guerra dos dez dias”, ocorreu entre 8 de julho e 18 de julho. Durante esta fase, forças israelenses tomaram controle da Galileia e do corredor Tel Aviv-Jerusalém, a qual havia sido alocada para o proposto Estado palestino da ONU. A última fase começou em outubro e continuou até janeiro. Durante estes meses, as forças egípcias foram expulsas do Negev, estendendo o controle israelense sobre as fronteiras do Sinai e territórios

adicionais antes alocados ao Estado palestino pela partilha. As hostilidades finalmente acabaram no começo de 1949, após um armistício entre as forças israelenses e árabes na ilha de Rhodes. Até julho, um armistício havia sido assinado com as forças do Egito, Líbano, Jordânia, Iraque e Síria (ALFANO, 2019).

A área sob controle israelense quando os armistícios foram assinados tornou-se o território oficial do novo estado, que iria se expandir ainda mais até os dias de hoje, após inúmeros fracassos nos acordos de paz. Enquanto isso, o Estado de Israel estava estabelecido, militarmente protegido e reconhecido pela comunidade internacional (LISSOVSKY, 2009).

## **2.7 A Liga Árabe, a Organização de Liberação Palestina e a Autoridade Nacional Palestina**

A Liga Árabe surgiu em 1945, no Cairo, Egito, quando o Pacto foi assinado pelo Egito, Iraque, Yemen, Emirado da Transjordânia, Líbano e Síria. Tinha o objetivo de reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre os seus membros, assim como mediar disputas entre estes (REVISTA VEJA, 2011).

Inicialmente sem peso nas Nações Unidas, foi gradualmente tornando-se cada vez mais importante, na medida que os países árabes foram adquirindo independência. Entretanto, seus membros encontram-se espalhados pelos continentes africanos e asiático, e o principal fator de união passou a ser o Islamismo (UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS, 2004).

A Organização de Liberação da Palestina (OLP) foi criada em 1965, no Cairo, Egito. O objetivo inicial da organização era unir diversos grupos árabes e criar uma Palestina em Israel.

A OLP tem três corpos: o Comitê Executivo, com 15 membros, que inclui representantes dos principais grupos armados; o Comitê Central, com 60 conselheiros e o Conselho Nacional Palestino, com 599 membros, que historicamente tem sido uma Assembleia dos palestinos. A OLP também tem serviços de saúde, informação, saúde, finanças, mas desde 1994 passou estas responsabilidades para a Autoridade Nacional Palestina (ANP). A OLP era considerada como uma organização terrorista pelos Estados Unidos e por Israel até a Conferência de Madrid em 1991. Em 1993, a OLP aceitou as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, rejeitando o uso de violência e terrorismo. As resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU pedem a

retirada israelense dos territórios ocupados durante a guerra de 1967 (REVISTA VEJA, 2011).

Elas se inscrevem no âmbito de uma série de resoluções sobre o conflito entre palestinos e israelenses aprovadas na Assembleia Geral ou no Conselho de Segurança desde que foi criado o Estado hebreu na Palestina em 1948. Entretanto, a violência ainda costuma a ser usada, particularmente durante a Segunda Intifada. Em 29 de Outubro de 2018, o Comitê Central Palestino suspendeu o reconhecimento de Israel (UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS, 2004).

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) é uma organização concebida para ser um governo de transição até o estabelecimento do Estado palestino independente. Criada por meio do Acordo de Oslo (1993-95), firmado entre Israel e a Organização pela Libertação da Palestina (OLP), com mediação dos EUA, a ANP administra nominalmente partes da Cisjordânia e da faixa de Gaza (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007).

Pelo acordo, a ANP deveria existir até maio de 1999. No final desse período, o status final dos territórios da faixa de Gaza e da Cisjordânia, ocupados por Israel desde a Guerra dos Seis Dias (1967), já deveria estar resolvido. Porém, isso não aconteceu. Embora Israel tenha retirado seus colonos e forças militares da faixa de Gaza e quatro assentamentos da Cisjordânia em 2005, ainda controla os acessos, incluindo marítimo e aéreo, à faixa de Gaza (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007).

O primeiro presidente da ANP --o líder palestino Yasser Arafat, morto em 2004-- e o atual, Mahmoud Abbas, são do partido Fatah, que esteve à frente da causa palestina por quatro décadas (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007).

## **2.8 O Processo de Paz de Oslo**

Depois de anos de conflito em Gaza e na margem Ocidental, assim como a crise na região do Golfo Pérsico, restava saber se a década de 90 representaria um replay da década de 80 ou se finalmente caminhariam para uma resolução no conflito (ABU-EL-HAJ, 2014).

No começo da década, em 1991, havia esperanças de que o governo americano ajudasse no caminho para a paz entre os judeus, palestinos e outros árabes. O então presidente George H. W. Bush, declarou que cessaria as hostilidades contra o Iraque com 4 objetivos do governo americano: segurança no Golfo Pérsico, controle de armas regional, desenvolvimento econômico, e paz entre árabes e israelenses, este último pela base na Resolução 242 da ONU

e por uma troca de terras. Dias depois, o Secretário de Estado, James Baker, realizou diversas viagens ao Oriente Médio, e em outubro, após intensas negociações sobre a delegação Palestina, seus esforços resultaram na abertura de uma conferência de paz em Madrid (ABU-EL-HAJ, 2014).

Na conferência de Madrid estavam as delegações Israelense, Egípcia, Síria, Libanesa, e também uma delegação em conjunto entre a Jordânia e a Palestina. Também estavam presentes o embaixador da Arábia Saudita dos Estados Unidos e o secretário general do Conselho de Cooperação do Golfo (ABU-EL-HAJ, 2014).

As conversas de paz continuaram em Washington durante 1992 e a primeira metade de 1993, e mesmo que não tenham tido acordos em matérias significantes, o fato de que representantes árabes e israelenses estavam se encontrando para discutir questões em busca de soluções já significava um grande avanço (ABU-EL-HAJ, 2014).

Ao meio desse contexto, de dezembro de 1992 até agosto 1993, uma delegação não oficial de israelenses (agindo com permissão do ministro de relações exteriores) se encontrou com uma delegação palestina em Oslo, Noruega (ABU-EL-HAJ, 2014).

Em reuniões ministradas pelo ministro das Relações Exteriores da Noruega e por sua esposa, as delegações encontraram uma então fórmula para a paz, que ficou conhecida como o Acordo de Oslo. Diferentemente de outras tentativas, o formato de negociação de Oslo colocava israelenses e palestinos frente a frente pela primeira vez, ambas reivindicando no todo, ou em parte, a Palestina (AGUIAR, 2011).

Mas não há que se negar a influência das potências no conflito palestino, em particular, Estados Unidos e União Soviética, autores da Guerra Fria. Como dita James L. Gelvin:

“A partir de 1948, quando Estados Unidos e União Soviética avaliaram os custos e os benefícios da Guerra Fria antes de darem o reconhecimento a Israel, as duas superpotências nunca mais se esqueceram das implicações globais de suas políticas na região. Por 40 anos os políticos norte-americanos abordaram ou justificaram sua intervenção no conflito por meio do argumento de conter a União Soviética ou reverter a influência deste país na região. Por isso, Henry Kissinger criou a sua diplomacia do “leva e traz” para marginalizar o papel da União Soviética, e para tornar os Estados Unidos indispensáveis para todas as partes envolvidas no conflito, e o presidente Reagan anunciou Israel como um ativo estratégico na luta contra o comunismo internacional. Por 40 anos a União Soviética explorou o conflito para evitar a contenção e ganhar uma vantagem regional sobre seu

antagonista, esperando que isso poderia se traduzir em uma vantagem global. Consequentemente, por exemplo, a União Soviética deliberadamente aumentou as tensões às vésperas da guerra de 1967 para estimular uma aliança pró-soviéticos e árabes e contra Israel, e reabasteceu os arsenais de seus aliados depois do fim da guerra. Porém, a União Soviética implodiu abruptamente, deixando estadistas e políticos com um problema completamente novo nas mãos: como definir a ordem mundial pós-Guerra Fria” (GELVIN, 2017, pág. 274).

No período pós-Guerra Fria, os israelenses criaram a ideia de um futuro “pós-sionista”. A ideia concentrava-se no descarte das obrigações impostas pelo sionismo, o que, em tese, proporcionaria aos israelenses uma vida “normal”, podendo interagir e fazer negócios com seus vizinhos, economizar em despesas com defesa e reestruturação, tornando sua economia mais eficiente (GELVIN, 2017, pág. 271).

Em 1992, mesmo com o “pós-sionismo” não tendo uma significância maior, foi eleito um candidato do Partido Trabalhista, Yitzhak Rabin, como primeiro-ministro. A candidatura deste, explica James L Gelvin, “beneficiou-se da intransigência de sua oposição, o Likud, em relação à questão dos assentamentos e da expansão territorial, e também das novas aspirações de muitos israelenses depois da Guerra do Golfo. A sua plataforma prometia reverter a política do Likud em relação aos territórios ocupados congelando a atividade dos assentamentos por um ano. Ela também assumia o compromisso de negociar um acordo interino sobre a autonomia palestina em um prazo de seis meses” (GELVIN, 2017, pág. 272).

A OLP também se encontrava sob novos contextos. A desintegração da União Soviética acabava com o mais importante parceiro diplomático da OLP, o que se alastrava com a confusão diplomática de Arafat. Com o fim dos soviéticos, inúmeros judeus soviéticos – 175 mil só em 1990 – imigraram para Israel (REVISTA VEJA, 2011).

O Acordo de Oslo assinado entre o governo israelense e a OLP incluía dois protocolos separados. O primeiro consistia em uma troca de cartas de reconhecimento mútuo entre as duas partes. A carta de Arafat para Yitzhak era a seguinte:

“Senhor Primeiro-Ministro,

A assinatura da Declaração de Princípios marca uma nova era na história do Oriente Médio. Na firme convicção disso, eu gostaria de confirmar os seguintes compromissos assumidos pela OLP: A OLP reconhece o direito do Estado de Israel de existir em paz e segurança. A OLP aceita as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (AGUIAR, 2011).

A OLP se compromete com o processo de paz e com uma resolução de paz no Oriente Médio em relação ao conflito entre as duas partes, e declara que todos os problemas



extraordinários relacionados a situação permanente serão resolvidos por meio de negociações. A OLP considera que a assinatura da Declaração de Princípios constitui-se em um evento histórico, inaugurando uma nova época de coexistência pacífica, livre de violência e de todo e qualquer ato que ameace a paz e a estabilidade. Adequadamente, a OLP renuncia o uso de terrorismo e de outros atos de violência e assume a responsabilidade por todos os elementos e indivíduos da OLP a fim de garantir a observância destes prevenir violações e disciplinar violadores (AGUIAR, 2011)..

Tendo em vista a promessa de uma nova era e a assinatura da Declaração de Princípios, e baseada na aceitação palestina das Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança, a OLP afirma que aqueles artigos da Aliança Palestina que negam a Israel o direito de existir, e as provisões desta aliança que estão inconsistentes com os compromissos desta carta, estão agora inoperantes e invalidados. Consequentemente, a OLP compromete-se a submeter ao Conselho Nacional Palestino para aprovação formal as mudanças necessárias relacionadas à Aliança Palestina” (POLÍTICA INTERNACIONAL, 1994).

E a carta de Rabin para Arafat em resposta:

“Sr. Presidente,

Em resposta a sua carta de 9 de setembro de 1993, eu gostaria de informa-lo que, à luz dos compromissos assumidos pela OLP e descritos em sua carta, o Governo de Israel decidiu reconhecer a OLP como representante do povo palestino, e começar as negociações com a OLP para o processo de paz no Oriente Médio” (GELVIN, 2017 pág. 274; POLÍTICA INTERNACIONAL, 1994).

Mesmo com a comunicação entre Arafat e Rabin, inúmeros palestinos discordaram. Alegavam que a carta de Rabin para Arafat não reconhecia o direito palestino de estabelecer um estado, assim como, o reconhecimento de Israel fazia com que 80% do território palestino (antes de 1948) não integraria a mesa de negociações, ou seja, ajustes territoriais seriam feitos apenas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (AGUIAR, 2011).

O segundo protocolo foi o chamado “Declaração de Princípios”, que estipulava que Israel e a OLP iriam negociar a saída das forças israelenses de Gaza e da “área de Jericó” em três meses. Como dita Gelvin:

“Tanto Gaza quanto Jericó teriam seu próprio governo; israelenses e palestinos negociariam um ‘acordo interino’, que iria definir e autorizar a criação de um conselho representativo palestino, e este conselho iria, em retribuição, elaborar um projeto para uma ‘autoridade interina para o

governo próprio’: a Autoridade Palestina. Depois das eleições palestinas, os dois lados entrariam em um ‘status de negociação permanente’. Esse status permaneceria até, no máximo, julho de 1997, e resolveria algumas ‘pequenas’ questões ainda pendentes: Jerusalém; o direito ao retorno; refugiados; assentamentos; segurança” (GELVIN, 2017 pág.275).

Todavia, o prazo para o ‘acordo interino’ havia passado, e em setembro de 1995, Arafat e Rabin assinaram o Oslo 2 em uma cerimônia no jardim da Casa Branca. O acordo determinava os poderes e obrigações da Autoridade Palestina e, decidido pela Declaração de Princípios, as eleições foram realizadas em janeiro de 1996 (AGUIAR, 2011).

Yasir Arafat, sem nenhuma surpresa, foi o escolhido para ser o primeiro presidente da Autoridade Palestina. Ademais, Oslo 2 dividia a Cisjordânia em áreas que se diferiam pela quantidade de controle por parte de Israel: zonas A, B, e C. As forças israelenses saíam dessas áreas de acordo com uma agenda preestabelecida, e então, a Autoridade Palestina assumia o território. Entretanto, o acordo complicava a situação dos palestinos, pois também permitia “uma expansão através de ‘estradas secundárias’ (proibidas para palestinos que não eram cidadãos israelenses) para ligar os assentamentos com Israel”. Essas estradas preveniam a livre locomoção dos palestinos de um canto para o outro (GELVIN, 2017 pág. 278).

A partir daí, houve um grande declínio. Mesmo com mais habilidades na negociação com os palestinos, a oposição à Rabin em Israel crescia e o acusaram, incluindo o Likud e o Gush Emunim, de entregar Israel aos palestinos. Pouco depois da assinatura da Oslo 2 por Rabin, este fora assassinado por um extremista religioso judeu. Seis meses depois, Benjamin Netanyahu, candidato do Likud e opositor à Oslo, fora eleito como o novo primeiro-ministro (AGUIAR, 2011).

## **2.9 O declínio de Oslo**

As tentativas dos Estados Unidos e dos signatários de Oslo em acelerar o processo e leva-lo a uma conclusão acabavam sendo fúteis. Ambos os lados possuíam opositores, os israelenses tinham o Likud e o Gush Emunim, e os palestinos seus discordantes e o Hamas. Com o assassinato de Rabin, o fracasso de Arafat em guiar os eventos, e a violência crescente entre palestinos e israelenses, a situação mudava de rumo. O governo israelense pelo Likud tentava mitigar os acordos feitos em Oslo, e a violência palestina veio oportunamente para eles (CARVALHO NETO, 2014).

Entre 1993 e o início da segunda intifada em 2000, as queixas cresciam e o apoio a Oslo continuava a diminuir. A Autoridade Palestina nunca conseguiu assumir o controle prometido da Cisjordânia, tendo apenas 18% do território. Israel, alegando por motivos de segurança, desapropriou 200 quilômetros quadrados de terra, criou 30 novos assentamentos e expandiu aqueles que já existiam, ordenou a construção de quase 500 quilômetros de estradas secundárias ligando os assentamentos em Israel e construíram 90 mil habitações nos assentamentos e na região leste de Jerusalém. Israel também substituiu inúmeros trabalhadores palestinos por cerca de 200 mil trabalhadores asiáticos, europeus e africanos. Assim, o descontentamento palestino aumentava significativamente, assim como o descontentamento com a corrupção presente na OLP, cujos membros controlavam a Autoridade Palestina (GELVIN, 2017, pág. 280).

A Autoridade Palestina era assistida anualmente por 1 bilhão de dólares concedidos pelos Estados Unidos e pela União Europeia, e seus membros viviam em estado de luxo. A própria esposa de Arafat morava em Paris com um subsídio da Autoridade Palestina de 100 mil dólares por mês enquanto milhares de palestinos viviam na pobreza (de acordo com o Banco Mundial, em 2004, metade dos palestinos nos territórios viviam com menos de dois dólares por dia). A corrupção era tanta, que quando Arafat morreu, em novembro de 2004, ninguém sabia onde diversos bilhões de dólares da Autoridade Palestina estavam guardados (GELVIN, 2017, pág. 280)..

Para romper a corrente que estagnava o processo de Oslo, o ex-presidente Bill Clinton convocou, em julho de 2000, o primeiro-ministro israelense Ehud Barak e Arafat para Camp David. Contudo, Barak fez uma proposta de “pegar ou largar”, dispondo sobre os territórios até a situação de Jerusalém, e se recusou em documentar a oferta, que acabou sendo declinada pelos palestinos. Dois meses depois as coisas pioraram, quando Ariel Sharon, general e político israelense, eleito primeiro-ministro entre 2001 e 2006, fez uma visita provocativa ao Monte do Templo em Jerusalém, o local mais sagrado aos judeus e o terceiro mais sagrado aos palestinos, declarando que o complexo continuaria sobre total controle israelense. A reação palestina tornou-se uma segunda e mais sangrenta intifada (GELVIN, 2017, pág. 282).

Em meio à absurda violência, veio o 11 de setembro. O ataque às torres gêmeas pela Al-Qaeda aos Estados Unidos derrubou a Nova Ordem Mundial, decadente desde a

administração de Clinton, e, ministrado pelo presidente George W. Bush, iniciou uma nova doutrina mundial: a guerra ao terror (GELVIN, 2017, pág. 282).

Neste contexto, dita Gelvin: “Se a Nova Ordem Mundial definiu o contexto que permitiu o surgimento de Oslo, a Guerra ao Terror definiu um contexto em que Israel podia defender uma política de imposição de uma solução unilateral para o seu problema palestino” (GELVIN, 2017, pág. 286).

Mesmo com a guerra entre israelenses e palestinos, deixando, efetivamente, o processo de Oslo de lado, houve outras tentativas diplomáticas rumo a paz. No início de 2003, haviam tanto planos oficiais (como o Mapa da Paz, elaborado em conjunto pelos Estados Unidos, Rússia, União Europeia e a Organização das Nações Unidas) quanto não oficiais (como o Acordo de Genebra e a Iniciativa da Voz do Povo, elaborados por palestinos e israelenses independentes). O Mapa da Paz deveria ter sido concluído em 2005, mas permanece inconclusivo por parte de seus autores. Mas nada que importasse, visto que Sharon queria impor sua própria estratégia (GELVIN, 2017, pág. 284).

Em 2002, foi anunciada a construção de uma barreira – eventualmente consistiria de aproximadamente 720 quilômetros – seguia um caminho que incorporava grande parte dos blocos de assentamento da Cisjordânia e Jerusalém. Segundo o Banco Mundial, durante as primeiras fases de construção, cerca de 150 mil palestinos tiveram suas vidas desfeitas, e inúmeros outros ao longo da construção. A escolha dos palestinos resumia-se em viver sob as condições de Israel ou realocar-se para um território sob jurisdição palestina (GELVIN, 2017, pág. 285).

A construção da barreira não foi a única decisão unilateral de Sharon. Em 2004, foi anunciado um plano de retirada de todos os assentamentos israelenses em Gaza, entre outros assentamentos fora dos limites da barreira, e mover entre 50 mil e 70 mil colonos para assentamentos dentro da barreira. Mesmo saindo de Gaza, Israel continuou a controlar sua fronteira, seu espaço aéreo, seu comércio e sua rede elétrica, além do fluxo de trabalhadores e exportações para Israel. Israel ignorou o acordo de Oslo e realizou todos estes passos sem a aprovação da Autoridade Palestina, exemplificado pela fala de Sharon em setembro de 2002, em que disse que “Oslo não existia mais” (GELVIN, 2017, pág. 286).

Nas palavras do conselheiro de Sharon, Dov Weisglass:

“A significância de nosso plano de separação está no congelamento do processo de paz [...] Ele oferece o formaldeído necessário para que não haja processo político com os palestinos [...] Quando você congela o processo, você evita o estabelecimento do Estado palestino, e evita a discussão dos refugiados, das fronteiras e de Jerusalém. Tudo com uma bênção presidencial (norte-americana) e a ratificação de ambas as casas do Congresso” (GELVIN, 2017 pág.291).

Antes, Sharon precisava fortalecer o apoio político para sua estratégia. Sendo assim, este deixou o Likud e formou um novo partido, o Kadima, como uma manobra de “retirada, planejada para isolar os radicais que se opunham à saída de Israel dos territórios ocupados e fazer funcionar de base de equilíbrio para os políticos israelenses a aprovação ou a rejeição do que ficaria conhecido como o plano de “convergência” ou “realinhamento” (GELVIN, 2017 pág.292).

Ehud Olmert, deputado do Kadima de Sharon, deixado de fora após um ataque cardíaco, venceu as eleições e foi eleito primeiro-ministro com um plano de realinhamento elaborado. Como explica Gelvin:

“O plano consistia em manter o controle dos maiores blocos de assentamento e de Jerusalém, uma área que cobria cerca de 15 quilômetros dentro da Cisjordânia a partir do Oeste, anexar o Vale do Jordão a partir do Leste, e conectar todas as estradas secundárias, dando espaço para o crescimento dos assentamentos e dos subúrbios de Jerusalém. Olmert iria dividir a Cisjordânia em três cantões independentes, completamente cercados pela presença israelense. E como isso ainda não fosse o suficiente para acabar com o sonho de um Estado palestino viável, Olmert anunciou que a partir daquele momento, ‘a separação seria dos assentamentos, e não dos territórios’. Em outras palavras, Israel iria manter presença militar nas áreas das quais eles se separaram. E por fim, Olmert eliminou qualquer dúvida que ainda pudesse existir com relação a seus objetivos: se os palestinos não provassem que estavam dispostos a negociar um acordo definitivo até o fim de 2006 (o que era pouco provável já que a AP era então dominada por um parlamento que tinha o Hamas em sua maioria, e este grupo tratava a estrutura de Oslo com desdém), Israel transformaria a ‘cerca de segurança’ de Sharon em uma fronteira política permanente dentro de dois ou quatro anos (pronunciamentos oficiais sobre o prazo variavam). A separação e a construção de barreira, outrora apresentados como passos intermediários de um ‘processo de longo prazo’, eram, agora, interpretados de outra forma: o começo do fim” (GELVIN, 2017 pág.297).

Deste modo, na primavera de 2006, tudo indicava que o conflito entre israelenses e palestinos chegaria a um fim nos termos de Israel. Porém, em 25 de junho de 2006, uma série de atentados, bombardeios e ataques de grupos diferentes (incluindo o Hamas) de militantes palestinos foram realizados. A guerra resultou na morte de cerca de 300 civis palestinos, 1,2 mil libaneses, e 44 israelenses. Mais de 1,2 mil civis palestinos, 5 mil libaneses e 400

israelenses ficaram feridos. E ainda outra fatalidade: o plano de ‘convergência’ de Olmert (CARVALHO NETO, 2014).

Antes do início desses ataques, tanto a Autoridade Palestina quanto Israel estavam sob revoltas políticas quando Hamas e Kadima tomaram posse. Tais circunstâncias forçaram ambos os partidos a governarem de uma posição mais frágil do que acostumados (GELVIN, 2017, pág. 288).

O contexto envolvendo o Hamas era um verdadeiro teste de vida ou morte. Assim que o Hamas assumiu, em 2006, foram impostas sanções para forçar o partido a mudar de posição em relação à solução de dois Estados de Oslo. Os Estados Unidos e a União Europeia não forneceriam mais apoio financeiro a Autoridade Palestina até que o Hamas reconhecesse Israel, renunciasse ao terrorismo e se comprometesse com os acordos anteriores entre israelenses e palestinos, e Israel se recusou a devolver taxas e faturamentos coletados em benefício da Autoridade Palestina. Qualquer banco que transferisse dinheiro ao Hamas seria penalizado pelas leis antiterrorismo estadunidense. A situação ia de mal a pior, e em maio de 2006, o Banco Mundial alertou que as projeções iniciais de 50% de crescimento da pobreza e 23% de desemprego nos territórios era “muito otimista”. A Autoridade Palestina não conseguia pagar seus 165 mil empregados, muitos deles fiéis ao Fatah. A própria comunidade internacional começou a discutir um fundo de assistência especial para contornar suas próprias sanções e aliviar uma iminente crise humanitária (GELVIN, 2017, pág. 298).

Do outro lado, o Kadima se encontrava numa posição semelhante. O partido conseguiu uma vitória apertada, sob o comando de Olmert, em uma eleição com o menor número de eleitores. A oposição argumentava que a área esvaziada serviu como um sinal de fraqueza, e como um refúgio para que os inimigos conduzissem os ataques. Para salvar seu plano de contingência, o governo tinha que demonstrar sua vasta força militar. Porém, essa estratégia de dissuasão falhou, e o próprio Olmert protelou seu plano, citando a necessidade de reconstruir as cidades ao norte de Israel, destruídas pelos foguetes (GELVIN, 2017, pág. 299).

## **2.10 Divisão de partidos**

O Hamas não era o único partido palestino tentando resolver o problema por si. Mesmo com os efeitos econômicos do boicote, os líderes do Fatah apostaram no processo de Oslo. Mahmoud Abbas entendeu que o Hamas deveria sair para que as negociações

retomassem, e a força de segurança da Autoridade Palestina, treinada pelos norte-americanos e egípcios era formada por fiéis do Fatah (GELVIN, 2017, pág. 299).

Porém, o Hamas atacou antes, resultando em mais de 100 mortes, e o controle da Faixa de Gaza pelo Hamas, separando a Cisjordânia. Portanto, eram dois governos reivindicando a representação palestina – a Autoridade Palestina controlada pelo Fatah na Cisjordânia, e o governo controlado pelo Hamas em Gaza. Os próprios Abbas e Olmert começaram a conversar e foram convidados pelo presidente George W. Bush, a fim de continuarem as discussões. Olmert queria que os palestinos reconhecessem Israel como Estado judaico, mas isso significava que a Autoridade Palestina seria obrigada a condenar os 20% de cidadãos israelenses que eram palestinos a uma cidadania de segunda classe que também perderiam o direito ao retorno. Desnecessário dizer que não chegaram a uma conclusão (GELVIN, 2017, pág. 299).

Em 2009, Barack Obama assumiu a presidência dos Estados Unidos, e aceitou o desafio pois acreditava que não haveria estabilidade no Oriente Médio até que este conflito se resolvesse. Obama, diferentemente de Bush, queria mostrar um sinal de sinceridade aos palestinos, então confiou nos israelenses para o processo de congelamento da construção de novos assentamentos e da expansão dos já existentes. O Mapa da Paz também contemplava tal ação, porém estipulava que o fim da violência palestina deveria acompanhar o congelamento dos assentamentos (MILENA, 2016).

O governo de Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro pela segunda vez em 2009, argumentava que Obama estava pressionando Israel de uma maneira injusta sem exigir o mesmo dos Palestinos. O primeiro-ministro não tinha nenhuma intenção de realizar o plano da administração de Obama (REVISTA VEJA, 2015).

Porém, pressionado pelos norte-americanos, Netanyahu concordou em impor um congelamento de dez meses nos assentamentos – excluindo casas que foram autorizadas antes da oficialização do congelamento, casas a leste de Jerusalém e qualquer construção que não fosse para uso privado. Também anunciou que negociaria, mas apenas se os palestinos concordassem que Jerusalém era a capital indivisível de Israel, que isso não era negociável, que nenhum refugiado palestino poderia voltar para Israel, e que Israel era um Estado judaico. De acordo com essas condições, Israel aceitaria a formação de um Estado palestino, desde que desprovido de armamentos e que Israel controlasse suas fronteiras e espaço aéreo. Ainda

demandou que os palestinos deveriam negociar sem nenhuma pré-condição. Os palestinos, claramente, recusaram e Obama recuou (REVISTA VEJA, 2015).

## **2.11 A Primavera Árabe**

Em 10 de dezembro de 2010, Muhammad Bouazizi, comerciante tunisiano, cometeu suicídio em frente ao prédio do governo local de Sidi Bouzid, Tunísia, após ter sido humilhado e tido suas mercadorias confiscadas pelas autoridades. O ato disparou protestos em 22 membros da Liga Árabe (GELVIN, 2017 pág.300)..

Esses protestos duraram aproximadamente um ano e foram denominados de “Primavera Árabe”. O evento pode ser entendido como movimentos contra a “autocracia e a injustiça econômica e social do mundo árabe”. Também expandiram o repertório da luta popular, incluindo protestos não violentos, desobediência civil e ativismo trabalhista (GELVIN, 2017 pág.300).

Quanto aos movimentos palestinos, tanto se assemelhavam quanto divergiam do resto do mundo árabe. A primeira intifada mobilizou grandes números de palestinos, engajando-os em atos de resistência, inclusive atos não violentos de desobediência civil. Após Oslo, protestos de palestinos desarmados contra soldados israelenses continuaram a acontecer nos territórios. Em março de 2013, uma eleição entre palestinos da Cisjordânia constatou que quase 60% apoiavam uma insurreição não violenta contra Israel (GELVIN, 2017 pág.300).

Entretanto, como dito, a resistência palestina também divergia do resto do mundo árabe. Os palestinos lutavam contra atos de uma força externa, ao invés de desafiar sua própria autocracia ou a injustiça social e econômica sofrida por seu povo. Isso mudou com a chegada da Primavera Árabe, quando manifestantes palestinos começaram a mirar na liderança palestina além de Israel, utilizando-se das mesmas táticas usadas pelo restante do mundo árabe. Por exemplo, jovens palestinos começaram a utilizar as mídias sociais para registrar seu descontentamento. No dia 15 de março, aconteceu um movimento organizado por jovens habituados com mídias sociais, que contou com a participação de inúmeros palestinos. Os palestinos demandavam uma reconciliação entre o Fatah e o Hamas (GELVIN, 2017 pág.301)..

Os principais protestos aconteceram em setembro de 2012, na Cisjordânia, depois que o primeiro-ministro da Autoridade Palestina, Salam Fayyad, aumentou os preços de



combustíveis e dos alimentos. Influenciados pelo mesmo tipo de ativismo trabalhista que tinha sido decisivo na insurreição egípcia, os palestinos aumentaram suas demandas econômicas e políticas, pedindo a demissão de Fayyad (e, em alguns casos, a resignação de Abbas), a abolição da Autoridade Palestina, a renúncia de Oslo e protocolos associados a este acordo, e o estabelecimento de um Estado palestino respeitando as fronteiras de 1967 com Jerusalém do leste como sua capital (GELVIN, 2017 pág.301).

Mahmoud Abbas resolveu tirar algum benefício da situação para agir unilateralmente. Deixando Oslo de lado, levou a causa palestina às Nações Unidas. Abbas já havia tentado obter o reconhecimento de um Estado palestino no Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano anterior – atitude perigosa, pois os Estados Unidos, caso se sentissem pressionados, poderiam utilizar seu poder de veto. Após este episódio, a liderança da Cisjordânia debateu uma outra estratégia: levar o caso para a Assembleia Geral das Nações Unidas. Embora pudesse obter, no máximo, a condição de uma “entidade sem direito a voto” por meio da Assembleia Geral – uma forma de “semi-reconhecimento” também concedida ao Vaticano -, os membros da assembleia eram favoráveis à causa palestina. Enfim, 138 membros da Assembleia Geral votaram a favor da mudança da condição da Palestina, 41 não votaram, e somente sete se juntaram aos Estados Unidos e Israel votando contra (GELVIN, 2017 pág.302).

Dentre os benefícios da nova condição palestina, estava a posição de membro da Corte Criminal Internacional. Ao serem admitidos nesta corte, teriam a opção de colocar oficiais palestinos em pauta. O reconhecimento também deu a outros Estados o direito legal de tomar ações individuais contra Israel, como impor sanções ou participar de boicotes (GELVIN, 2017 pág.303).

## **2.12 Trump, a importância de Jerusalém e a Lei da Embaixada**

Jerusalém abriga os principais lugares sagrados do cristianismo e do judaísmo, sendo o terceiro lugar mais importante para o islã. Possui diversos pontos sagrados como o Muro das Lamentações (judaísmo) e o Santo Sepulcro (cristianismo), sendo também um centro de peregrinação (VESTIBULAR UOL, 2017).

Os judeus consideram a cidade como sua capital há mais de 3.000 anos. Jerusalém já foi conquistada por diversos povos, mudando sua administração de tempos em tempos, tendo

os judeus sendo definitivamente expulsos pelos romanos com a destruição do Segundo Templo, em 70 d.C. (VESTIBULAR UOL, 2017).

Já a ocupação islâmica durou de 677 a 1917. Os muçulmanos passaram a reconhecer a cidade como uma herança vinda de Abraão e Moisés. Acredita-se que a cidade é um local de peregrinação muçulmana pois o profeta Maomé, em suas viagens, dirigia-se para lá. Disputada, durante a Idade Média, pelos Cruzados, e com o advento do cristianismo, Jerusalém converteu-se em Cidade Santa e passou a ter numerosas basílicas (VESTIBULAR UOL, 2017).

Esta foi disputada, durante a Idade Média, pelos Cruzados, e com o advento do cristianismo, Jerusalém converteu-se em Cidade Santa e passou a ter numerosas basílicas (VESTIBULAR UOL, 2017).

Em 1 de abril de 2015, os palestinos passaram, oficialmente, a serem membros do Tribunal Penal Internacional, elevando a pressão sobre Israel. Mahmoud Abbas recebeu o aval da Organização pela Libertação da Palestina para tomar medidas que considerar necessárias na corte, criada para punir genocídios, crimes contra a humanidade e de guerra. O governo palestino aceita a jurisdição do tribunal penal internacional, significando que os crimes cometidos no território ocupado poderão ser julgados na corte. A iniciativa palestina não foi bem recebida por Israel, que argumenta que os palestinos não estão respeitando as conversas bilaterais patrocinadas pelos Estados Unidos (VESTIBULAR UOL, 2017).

Em 2018, o ministro das Relações Exteriores palestino, Riyad al-Maliki, pediu ao Tribunal Penal Internacional que abra uma investigação concernentes a supostos crimes de guerra e de Apartheid cometidos por Israel contra os palestinos e, No dia 14 de maio de 2018, em que a Embaixada dos Estados Unidos foi transferida para Jerusalém, 62 palestinos foram mortos durante manifestações na Faixa de Gaza por soldados israelenses (REVISTA VEJA, 2018).

A cidade é um elemento essencial no conflito entre palestinos e israelenses, e por isso a atitude do governo de Trump pode aumentar a tensão na região, gerando revoltas nos territórios palestinos. O presidente da Liga Árabe, Ahmed Abul Gheit, argumentou que esta decisão poderia “alimentar o fanatismo e a violência” (GELVIN, 2017 pág.304).

Em dezembro de 2017, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, anunciou que iria transferir a embaixada estadunidense de Tel-Aviv para Jerusalém, reconhecendo esta como a capital de Israel (O GLOBO, 2017).

A decisão de Donald Trump em mudar a embaixada para Jerusalém é apoiada pela Lei de Embaixada de Jerusalém de 1995. A lei pretendia fazer com que os Estados Unidos mudassem a embaixada, porém permitia adiar esta decisão a cada 6 meses desde que o Presidente determine e reporte ao Congresso que a suspensão é necessária para proteger os interesses da segurança nacional dos Estados Unidos (HONEST REPORTING, 2017).

A lei declara que Jerusalém é a capital de Israel desde 1950 e que é a política dos Estados Unidos que Jerusalém permanecerá indivisível na qual os direitos de quaisquer grupos étnicos e religiosos são protegidos e, que Jerusalém deveria ser reconhecida como capital de Israel pelos Estados Unidos até 31 de maio de 1999. Também dita que 25 milhões de dólares em 1996 e 75 milhões de dólares em 1997 deveriam ser usados para a construção e outros custos associados com a relocação da embaixada estadunidense para Jerusalém. Entretanto, como dito, o ato autoriza o Presidente, a cada 6 meses, suspender a relocação da embaixada (NEWS BRASIL, 2018).

O ex-presidente Bill Clinton opunha-se à Lei da Embaixada, argumentando ser inconstitucional, por interferir com o poder do Presidente em conduzir negociações externas e por realizar decisões pertencentes ao reconhecimento de capitais e, por ser um exercício inapropriado do poder do Congresso porque inclui uma condição inconstitucional. Os ex-presidentes George W. Bush e Obama também acionaram a cláusula a cada 6 meses, protelando o que seria realizado pelo governo de Trump (G1, 2017).

A Guatemala, Paraguai e Honduram seguiram a decisão americana e também anunciaram a mudança de embaixada para Jerusalém. A ONU não reconhece a anexação de Jerusalém Oriental, considerando como território ocupado, e também declarou ser uma violação ao direito internacional, o Jerusalém Embassy Act (Lei da Embaixada de Jerusalém) (WALLACE, 2017)

Em 1980, a ONU fez um apelo, por meio da resolução 478, a todos os países com missão diplomática em Jerusalém para que se retirassem de lá. Treze países (Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Holanda, Panamá, Uruguai, Venezuela) transferiram sua embaixada para Tel Aviv. O Brasil,

assim como a maior parte dos países que reconhecem Israel, também mantém sua embaixada em Tel Aviv (MATEMATICAS & AFINS, 2017).

A ONU condenou a decisão unilateral de Trump que rompe com o que foi estabelecido pela comunidade internacional. Em 21 de dezembro, houve uma votação da Assembleia Geral do organismo para rever o Estatuto de Jerusalém. O resultado foi de 128 votos a favor da manutenção do acordo (MATEMATICAS & AFINS, 2017).

O documento da ONU avalia que "quaisquer decisões e ações para se alterar o caráter, o estatuto ou a composição demográfica da Cidade Sagrada de Jerusalém não têm efeito legal, são nulas e devem ser revogadas". A ONU recomenda ainda que os Estados-Membros se abstenham de estabelecer missões diplomáticas em Jerusalém (VESTIBULAR UOL, 2017).

O Ministro das Relações Exteriores de Israel declarou que o pedido é “legalmente inválido” e o que “TPI carece de jurisdição sobre o assunto israelense-palestino, porque o Estado israelense não é membro do tribunal e a Autoridade Palestina não é um Estado”. Ademais, o governo Trump declarou o fechamento do escritório em Washington da Organização para a Libertação da Palestina como represália (REVISTA VEJA, 2018).

### **3 CONCLUSÃO**

Este artigo realizou uma revisão da literatura desde o surgimento movimento sionista e mostrou o conflito árabe-israelense desde seu início até os dias atuais.

Cumpriu seu principal objetivo que foi voltar as atenções para a crise de refugiados e mostrou que esse conflito árabe-israelense ocasionou desde sempre uma incessante violação aos direitos humanos por ambas as partes. Mostrou que, além do fator histórico e religioso do local e também as interferências das potências mundiais que, conseqüentemente, tem também culpa por essas violações.

### **4 REFERÊNCIAS**

ABU-EL-HAJ, J. A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 14–36, 2014.

AGUIAR, P. H. D. **OS ACORDOS DE OSLO (1993) –CONSEQUÊNCIA E CAUSA DAS INTIFADAS**. Rio Grande do Sul: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2011.

ALFANO, A. P. Como nasce um Estado. 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/como-nasce-um-estado/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

BRANCO, J. F. C. FACES DE UMA RELAÇÃO DE REFLEXIVIDADE: DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO ISRAELENSE À GUERRA DOS SEIS DIAS. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 18, n. 1, p. 193–211, 2012.

CARTA CAPITAL. **A Declaração Balfour e a situação dos palestinos**, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/a-declaracao-balfour-e-a-situacao-dos-palestinos/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARVALHO NETO, S. P. D. OS ASSENTAMENTOS ISRAELENSESE OS OBSTÁCULOS GERADOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM ESTADO PALESTINO: o maior impedimento à resolução do conflito palestino-israelense? Monografia—Paraíba: Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

CHEMERIS, H. G. S. **O CONFLITO ISRAELO-PALESTINO SOB A ÓTICA DA TEORIA SISTÊMICA DE NIKLAS LUHMANN**. Dissertação—Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. **Chaim Weizmann**, 2019. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/glossario/chaim-weizmann/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

CURSO OBJETIVO. **A Questão Palestina**, 2019. Disponível em: <[https://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro\\_estudos/questao\\_palestina.aspx](https://www.curso-objetivo.br/vestibular/roteiro_estudos/questao_palestina.aspx)>. Acesso em: 27 out. 2019.

ESQUERDA ONLINE. **Sionismo e limpeza étnica do povo palestino**, 2014. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2014/01/26/sionismo-e-limpeza-etnica-do-povo-palestino/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Saiba mais sobre a Autoridade Nacional Palestina**, 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105501.shtml>>. Acesso em: 28 out. 2019.

G1. **Entenda por que o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel pelos EUA é tão polêmico**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/entenda-por-que-o-reconhecimento-de-jerusalem-como-capital-de-israel-pelos-eua-e-tao-polemico.ghtml>>. Acesso em: 25 out. 2019.

GELVIN, J. L. **ISRAEL X PALESTINA, 100 ANOS DE GUERRA**. Brasil: Edipro, 2017, 352p.

HERZL, T. **The Old New Land (Altneuland)**. Austria-Hungria: Hofenberg, 2015, 343p.

HONEST REPORTING. **Trump, a Embaixada Americana e Jerusalém: Por Trás da Histeria**, 2017. Disponível em: <<https://honestreporting.com/trump-a-embaixada-americana-e-jerusalem-por-tras-da-histeria/>>. Acesso em: 1 set. 2019.

LISSOVSKY, A. **2000 anos depois O renascimento de Israel**. Rio de Janeiro: Scielo Books, 2009, 547p.

MATEMATICAS & AFINS. **Atualidades XXIX (2017) – Questão Palestina II – Embaixada estadunidense em Jerusalém**, 2017. Disponível em: <<https://matematicaeafins.com.br/blog/2017/12/28/questao-palestina-ii/>>.

MILENA, L. **Obama é o presidente dos EUA com o maior tempo de guerra**GGN - O jornal de todos os Brasis, 2016. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/internacional/obama-e-o-presidente-dos-eua-com-o-maior-tempo-de-guerra/>>.

NEWS BRASIL. **Oito perguntas para entender o conflito entre israelenses e palestinos**, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42268607>>. Acesso em: 25 out. 2019.

O GLOBO. **Liga Árabe pede que governo dos EUA anule decisão sobre Jerusalém**, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/liga-arabe-pede-que-governo-dos-eua-anule-decisao-sobre-jerusalem-22173060>>.

PHILIPP, P. **1917: Apoio britânico ao movimento sionista**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1917-apoio-brit%C3%A2nico-ao-movimento-sionista/a-365813>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

POLÍTICA INTERNACIONAL. Troca de correspondência sobre reconhecimento mútuo Israel-OL. **Política Internacional**, v. 1, n. 9, p. 13, 1994.

REVISTA VEJA. **OLP- Organização para a Libertação da Palestina**Revista Veja, , 2011. Disponível em: <<http://hid0141.blogspot.com/2011/05/olp-organizacao-para-libertacao-da.html>>. Acesso em: 20 maio. 2019.

REVISTA VEJA. **Netanyahu não consegue formar novo governo em Israel**, 2015. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/netanyahu-nao-consegue-formar-novo-governo-em-israel/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

REVISTA VEJA. **EUA vão impor sanções ao TPI se investigar soldados americanos e Israel**, 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/eua-va-imp-imp-imp-sancoes-ao-tpi-se-investigar-soldados-americanos-e-israel/>>.

SALGADO NETO, L. O MOVIMENTO POLÍTICO ÁRABE NA PALESTINA SOB CONTROLE BRITÂNICO: CULTURAS POLÍTICAS EM PERSPECTIVA COMPARADA (1929-1937). Tese—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2017.

SHLAIM, A. **A muralha de ferro**. São Paulo: Fissus, 2004, 1190p.

SILVA, A. N. DA. **Verdade Historica**, 2009. Disponível em: <<https://verdadehistorica.wordpress.com/2009/01/04/inquerito-e-resposta/>>. Acesso em: 28 out. 2019.

UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS. **Resoluções 242 e 338 sobre o conflito israelense-palestin**, 2004. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/04/16/ult34u92954.jhtm>>. Acesso em: 27 out. 2019.

VESTIBULAR UOL. **Oriente Médio - Trump reconhece Jerusalém como capital de Israel e acirra conflito na região**, 2017. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/oriente-medio-trump-reconhece-jerusalem-como-capital-de-israel-e-acirra-conflito-na-regiao.htm>>.

WALLACE, A. **O que está por trás da decisão da Guatemala de seguir EUA e mudar embaixada em Israel para Jerusalém**News Brasil, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42480267>>.